

*Isla Andrade Pereira de Matos¹;
Camilo de Mello Vasconcellos²; Artur José Renda Vitorino³*

No capítulo introdutório de sua célebre análise da representação da realidade na literatura ocidental, Erich Auerbach, no seu *Mimeses*, mostra que se a característica emblemática da espiritualidade dos Gregos era a firme convicção da superioridade da visão relativamente a todos os outros sentidos, fazendo da civilização grega uma civilização da visão e da forma, a espiritualidade hebraica está centrada no escutar, no ouvir a voz e a palavra dos Profetas e de Deus, foi o amálgama dessas duas espiritualidades que forjou a espiritualidade ocidental. Parece-nos que os Museus, ao buscarem enfatizar determinadas representações da realidade, tal como a literatura ocidental, também estão inseridos nessa atmosfera tipicamente ocidental.

Mas, e também é o que nos parece, os Museus estão enfrentando uma séria questão advinda de uma revolução que está se processando no mundo da cultura: a cultura está se projetando sobre uma plataforma na qual os discursos não tão-somente baseados no alfabeto e sim numa cultura pós-alfabética cuja comunicação é feita por conceitos por meio das dimensões do percepto e do afeto. E por percepto, entendem-se não as percepções, e sim os conjuntos de sensações e de relações que sobrevivem àqueles que as experimentam; e os afetos não são os sentimentos, são estes devires que desbordam o que passa por eles (ele torna-se outro). Assim, essa cultura pós-alfabética está gerando uma nova categoria social: o homem do espetacular, cuja escrita e representação da realidade é permitida ao leigo na condição de escritor. Os Museus estão sendo provocados de como irão representar a realidade por meio de objetos que possam suscitar suas problemáticas inseridas nessa cultura pós-alfabética.

Os museus, ao longo de sua história, foram vislumbrados como verdadeiros templos do saber, detentores de um conhecimento quase indecifrável para leigos. Estes permaneciam distantes das coleções quer fosse pela impossibilidade de se aproximarem das relíquias, acessíveis a poucos, quer fosse pela suposição de sua incompreensão das obras de arte, sujeitas a uma leitura não logocêntrica.

¹ Doutoranda em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) - Campinas, SP - Brasil. **E-mail:** isladematos@gmail.com

² Doutor em História Social - Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo, SP - Brasil. Professor Doutor 2 - Docente do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (USP) - São Paulo, SP - Brasil. **E-mail:** cmvasco@usp.br

³ Doutor em História - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Campinas, SP - Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) - Campinas, SP - Brasil. **E-mail:** arturvitorino@puc-campinas.edu.br

A historicidade da instituição nos legou sua principal e mais conhecida definição, muito presente no senso comum: é o lugar onde se guardam coisas antigas. O que faz um museu ser compreendido enquanto tal é sua função de depositário de objetos, tal qual uma biblioteca abrange livros e um arquivo, documentos.

E então, surge uma primeira questão: não seriam os objetos também documentos, uma vez que estes *documentam* a humanidade seja por meio da história, da arqueologia ou da ciência? Para além da apreciação contemplativa e vislumbre do museu-templo, não seria também possível produzir conhecimento no museu, compreendendo sua existência enquanto discurso sobre os mais diferentes temas?

Nesse sentido, este dossiê tem por objetivo discutir a educação na perspectiva do patrimônio, considerando as ações educativas que ocorrem nos museus e, para isso, conta com a experiência de pesquisadores brasileiros e estrangeiros inseridos no campo da educação museal, possibilitando um olhar diversificado no que diz respeito às diferentes metodologias de atuação e referenciais teóricos diversos.

O conjunto de artigos que ora apresentamos reúne reflexões relacionadas à dimensão educativa do museu, uma vez que compreendemos seu espaço enquanto instituição educativa e que dispõe de uma didática própria. A intenção de aprendizagem, conforme preconiza a didática, está presente nos museus e, para que esta se concretize, é necessário um arcabouço específico de teorias e práticas que compreenda o espaço museológico como local de produção de conhecimento acessível a todos.

Assim, o tema da educação museal é discutido a partir de diferentes perspectivas, tais como a compreensão de que existe um currículo museal presente na realização das ações educativas em museus; a importância da aproximação entre museu e comunidade local por intermédio do patrimônio, utilizando os princípios de identidade e pertencimento; e a utilização de materiais didáticos para a compreensão de conceitos científicos no museu.

Reconhecendo a necessidade de estruturação da ação educativa nos museus no que tange ao campo museológico brasileiro, foi publicada a Portaria n. 442, de 30 de novembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) que, em seu artigo 1º, “visa à organização, ao desenvolvimento, ao fortalecimento e à fundamentação do campo da educação museal no Brasil”.

As discussões para o estabelecimento dessa legislação se iniciaram em 2012 com o intuito de constituir diretrizes para as ações de educadores e profissionais dos museus na área educacional, fortalecendo o campo profissional e garantindo condições mínimas para a realização das práticas educacionais nos museus e processos museais.

O documento adotou cinco princípios como parâmetros para a sua viabilização, que sintetizam as aspirações dos profissionais de museus e revelam as carências da área, chamando a atenção para ações práticas nesse campo: 1) estabelecer a educação museal como função dos museus; 2) compreender a educação museal como um processo que envolve as dimensões teórica, prática e de planejamento; 3) garantir que cada instituição tenha seu setor de educação museal, possua equipe qualificada e multidisciplinar e que participe das decisões do museu; 4) construir e atualizar sua política educacional, em acordo com o plano museológico da instituição, evidenciando os conceitos e referenciais teórico-metodológicos aplicados nas ações educativas; 5) assegurar que os museus sejam espaços de educação e promoção da cidadania, colaborando para o desenvolvimento regional e local onde estão inseridos.

A aprovação da legislação brasileira é fruto de anos de discussão por parte da comunidade museológica. O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram, pertencente ao Ministério da Cultura), por meio de relatório de pesquisa, constatou que apenas metade dos seus museus possuem setores educativos e as pesquisas acadêmicas revelam que a organização desses departamentos ocorre de forma bastante individualizada, muitas vezes realizando um trabalho educativo bastante aquém daquilo que se poderia chamar de educação museal.

Considerando a necessidade de se discutir a regulamentação da legislação aprovada, buscando sua efetiva implementação, bem como o reconhecimento do papel social dos museus na contemporaneidade, que cada vez mais trabalham em torno do ideal de aproximação da sociedade, tornando-se parte da comunidade na qual está inserido, é chegado o momento de repensar sua atuação diante das demandas identitárias e educacionais, possibilitando reflexões que levem o visitante a produzir conhecimento a partir do patrimônio e a um melhor usufruto dos bens patrimoniais.

A fotografia de capa desta edição nos revela uma faceta que parece pouco explorada pelos museus e mesmo pelos seus visitantes: para além de um espaço de contemplação, no qual a relação entre sujeito e objeto se estabelece numa espécie de reverência às obras expostas no museu-templo, o museu é também lugar de descontração, de divertimento, um ambiente no qual a aprendizagem se desenvolve em uma relação de afeto. Construir conhecimento no museu envolve os nossos sentidos, trata-se de um processo sensitivo: para além da visão, que costuma predominar em uma experiência no museu, por meio do tato podemos sentir a forma e a textura dos objetos, por exemplo. Já a propriocepção, o sentido que conecta os membros do nosso corpo ao cérebro, diretamente ligado à coordenação motora, nos permite compreender a dimensão espacial e corporal dos objetos em relação ao nosso corpo. Esses sentidos podem ser explorados em uma visita ao museu e principalmente quando se trata de público infante-juvenil, os quais interagem entre si e com as peças num momento de aprendizagem lúdica.

Envolvida numa fértil discussão a respeito da definição de seu campo de atuação, a educação museal se move em águas revoltas que ora podem estar voltadas para o campo da comunicação museológica, ora da pedagogia e suas correntes, ou mesmo, buscar a sua originalidade a partir da intersecção entre a especificidade do patrimônio com a tipologia do acervo ao qual o museu atua e pertence.

Nesse sentido, os artigos aqui propostos apresentam uma singular oportunidade de ampliar os debates em torno de uma área que ao mesmo tempo em que é recente em nosso país, alcança uma dimensão de grande importância, tendo em vista os diferentes modelos e proposições que os profissionais (acadêmicos ou não) que atuam ou que a tomam como campo de debates teóricos e metodológicos, vem proporcionando.

O presente dossiê, portanto, é muito bem vindo e surge em momento oportuno de se constituir em um veículo promotor de reflexões, haja vista completarmos, em 2018, 60 anos da Declaração do Rio de Janeiro, documento que sinalizou para a importância da função educativa dos museus.
